

Ref.ª. c) – Um (1) posto de trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico – Posto de Atendimento ao Cidadão – Divisão de Administração e Finanças (DAF).

Prova de Conhecimentos (PC)

Provas de conhecimentos que visam avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa;

As provas serão valoradas numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

A Prova de Conhecimentos Escrita (PCE) visa analisar os conhecimentos académicos e ou profissionais, bem como domínio que os candidatos detêm da legislação aplicável à atuação técnica. A prova terá a duração de 90 minutos com 15 minutos de tolerância. A PCE incidirá sobre os seguintes Temas:

TEMAS A CONSTAR NA PROVA DE CONHECIMENTOS:

- Avaliação de Desempenho
- Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas
- Código do Procedimento Administrativo
- Regime Jurídico autarquias Locais
- Constituição da República Portuguesa
- Regime das taxas das Autarquias Locais
- Direito de Livre Circulação dos Cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no Território Nacional
- Código da Estrada
- Registo Civil
- Registo Predial
- Identificação criminal
- Direitos e deveres dos consumidores
- Funcionamento Geral da Administração Pública e Local

BIBLIOGRAFIA OU LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NECESSÁRIA À PREPARAÇÃO DOS TEMAS ANTERIORMENTE MENCIONADOS:

- Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto (Regula a livre circulação e residência dos cidadãos da EU e famílias em território nacional);
- Código da Estrada - DL n.º 114/94, de 03 de maio, na sua atual redação;
- Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir - Decreto-Lei n.º 138/2012, de 05 de julho, na sua atual redação;
- Código do Registo Civil - DL n.º 131/95, de 06 de junho, na sua atual redação;
- Código do Registo Predial - DL n.º 224/84, de 06 de julho, na sua atual redação;
- Lei n.º 37/2015, de 05 de maio (Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal);
- Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto, na sua atual redação, que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal;
- Lei de defesa do consumidor - Lei n.º 24/96, de 31 de julho, na sua atual redação;

- Portaria n.º 77/2018, de 16 de março- Regulamentação necessária ao desenvolvimento da Chave Móvel Digital (CMD);
- Lei n.º 66 – B/2007 de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64 – A/2008 de 31 de dezembro, 55 – A/ 2010 de 31 de dezembro e 66 – B/2012 de 31 de dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública;
- Decreto regulamentar n.º 18/2009 de 4 de setembro - Procede à adaptação aos serviços da administração autárquica do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro;
- Portaria n.º 359/2013 de 13 de dezembro - Aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de competências e revoga a Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro.

LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNCIONAMENTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LOCAL :

- Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual (Estatuto dos Eleitos Locais);
- DL n.º 04/2015 de 07/01 (Código do Procedimento Administrativo);
- Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, na sua redação atual (Lei da Tutela Administrativa);
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas);
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual (Medidas de Modernização Administrativa);
- Lei n.º 75/2013 de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais);
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto (Constituição da República Portuguesa,);
- Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais);
- Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua atual redação (regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos);
- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual (Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas);
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código da Contratação Pública);
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - [Este diploma foi revogado pelo(a) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º- (Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas);
- Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, na sua redação atual (Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal);
- Decreto. Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho (Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais);
- Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais);
- Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2019);
- Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Nota: devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação, até à data da realização da prova de conhecimentos.